

CARTILHA JURÍDICA



**Correção monetária, custas
processuais e honorários de
advogado nas ações
previdenciárias**

JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES

N. 53

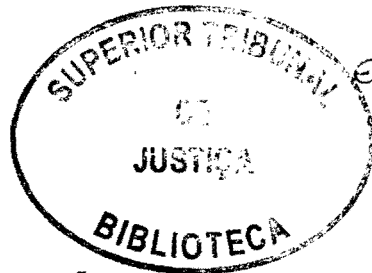
PRESIDENTE: Juiz PLAUTO RIBEIRO
VICE-PRESIDENTE: Juiz TOURINHO NETO

Juiz CATÃO ALVES
Juíza ELIANA CALMON
Juiz ALDIR PASSARINHO JUNIOR
Juiz EUSTÁQUIO SILVEIRA
Juiz OSMAR TOGNOLO
Juiz ALOÍSIO PALMEIRA LIMA
Juíza ASSUSETTE MAGALHÃES
Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Juiz CARLOS FERNANDO MATHIAS
Juiz OLINDO MENEZES
Juiz MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
Juiz LUCIANO TOLENTINO AMARAL
Juiz CÂNDIDO RIBEIRO
Juiz HILTON QUEIROZ

DIRETOR-GERAL: FELIPE DOS SANTOS JACINTO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO



Correção monetária, custas processuais e honorários de advogado nas ações previdenciárias

JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES

maio/98
BRASÍLIA-DF

SUMÁRIO

- 1. Introdução, 5**
- 2. Correção monetária sobre parcelas de benefícios: termo inicial e índices aplicáveis**
 - 2.1 Correção monetária – termo inicial, 5**
 - 2.2 Correção monetária – índices aplicáveis, 13**
- 3. Custas processuais**
 - 3.1 Isenção de custas em favor do INSS, na Justiça Federal, 18**
 - 3.2 Isenção de custas em favor do INSS, na Justiça dos Estados, 18**
 - 3.3 Isenção de custas em favor do autor, 22**
- 4. Honorários de advogado, 26**
- 5. Conclusão, 28**

Painel apresentado em 18 de outubro de 1997, no I Encontro de Estudos de Direito Previdenciário e Processual Civil de Juízes Federais e Estaduais de Minas Gerais, realizado em Araxá/MG, organizado pelo TRF/1ª Região e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Coube-me trazer à consideração dos participantes deste encontro, num enfoque eminentemente prático, algumas observações sobre três temas que, recentemente, têm ensejado controvérsias em ações previdenciárias: correção monetária – especialmente quanto ao termo inicial e índices aplicáveis –, custas processuais e honorários de advogado.

2. CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE PARCELAS DE BENEFÍCIOS: TERMO INICIAL E ÍNDICES APLICÁVEIS

2.1 Correção monetária – termo inicial

A correção monetária de valores surgiu, no Brasil, com a Lei 4.357/64, quando o País começou a sentir os efeitos dos altos índices de inflação.

A Lei 6.899/81, regulamentada pelo Decreto 86.649/81, determinou a incidência de correção monetária sobre qualquer débito

resultante de decisão judicial, incidindo a correção — exceto nas execuções de títulos de dívida líquida e certa — a partir do ajuizamento da ação, dividindo-se a ORTN do mês em que se efetuasse o pagamento pelo valor da ORTN do mês do ajuizamento do feito.

O art. 41, § 6º, da Lei 8.213/91 (renumerado, após, para § 7º) inovou na legislação previdenciária, estatuiu que "o pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, verificado no período compreendido entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento".

O referido dispositivo veio sepultar antiga celeuma sobre a incidência de correção monetária sobre parcelas de benefícios previdenciários pagos em atraso, na via administrativa, à míngua de norma legal expressa sobre o assunto.

Entretanto, mesmo anteriormente ao advento das Leis 6.899/81 e 8.213/91, a firme jurisprudência dos tribunais pátrios, com sabedoria e justiça, construiu o entendimento de que os débitos de natureza alimentar — neles incluídos os benefícios previdenciários — constituem dívidas de valor e, como tal, corrigíveis de forma ampla, desde que devida cada parcela, consolidando-se tal entendimento na Súmula 71 do extinto TFR, *in verbis*:

A correção monetária incide sobre as prestações de benefícios previdenciários pagos em atraso, observado o critério do salário mínimo vigente na época da liquidação da obrigação.

O colendo Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento no sentido de que a Lei 6.899/81 não infirmou a construção jurisprudencial que assegurava a correção monetária ampla, desde o evento danoso, em se tratando de dívidas de valor (RE 111.589-1/RS, rel. Min. RAFAEL MAYER, 1ª T. do STF, unânime, *in DJU* de 13.03.1987, p. 3884), de tal sorte que, a partir de sua vigência, passaram a ser monetariamente corrigidas também as dívidas de dinheiro, para as quais estabeleceu-se o seguinte critério:

- a) na cobrança dos títulos de dívida líquida e certa, a partir do respectivo vencimento;
- b) na cobrança das demais dívidas, a partir do ajuizamento da ação.

A correção monetária das dívidas de valor — nelas incluídos os benefícios previdenciários — continuou, assim, após a Lei 6.899/81, a incidir desde o momento em que devida cada parcela de benefício, construindo o extinto TFR firme jurisprudência no sentido de que a correção monetária sobre débitos previdenciários pagos em atraso deve ser calculada de acordo com a Súmula 71 do TFR até o ajuizamento da ação e, a partir daí, nos termos da Lei 6.899/81 (AC 121.738-SP, 2ª T. do TFR, rel. Min. OTTO ROCHA, *in DJU* de 19.03.1987; AC 117.257-RS, 1ª T. do TFR, rel. Min. CARLOS THIBAU, *in DJU* de 12.03.1987).

Idêntico entendimento consolidou-se no TRF/1ª Região, que firmou, no verbete 13 da súmula de sua jurisprudência dominante:

A atualização monetária de diferenças resultantes de revisão dos cálculos iniciais e dos reajustes posteriores dos valores de benefícios previdenciários é devida a partir do

primeiro pagamento a menor, sendo sua contagem feita de acordo com a Súmula n. 71, do Tribunal Federal de Recursos, até o ajuizamento da ação e, após este, consoante o disposto na Lei n. 6.899/81.

Com efeito, a assim não se proceder, num país que convivia, até há pouco tempo, com elevados índices inflacionários, ocorrerá locupletamento ilícito do INSS, sendo certo que a correção monetária, consoante jurisprudência assente, não constitui pena, independentemente, pois, de culpa de quem quer que seja, representando simples atualização da moeda, corroída pela inflação (AC 168.468/RS, 2ª T. do TFR, rel. Min. COSTA LEITE, *in DJU* de 20.03.1989).

A Súmula 13 do TRF/1ª Região vinha sendo aplicada reiteradamente pela Corte até que o egrégio Superior Tribunal de Justiça, diante de reiterados recursos interpostos pelo INSS, sustentando a insubsistência da Súmula 71 do TFR após a Lei 6.899/81, editou, em 07.12.1995, a Súmula 148 daquela Corte, que exclui a incidência da Súmula 71 do TFR sobre débitos pertinentes a benefícios previdenciários vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei 6.899/81, determinando aquele verbete sumular que a correção monetária deverá ser calculada na forma prevista na Lei 6.899/81, *in verbis*:

Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei n. 6.899/81, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista nesse diploma legal. (Súmula 148 do STJ.)

A Primeira Seção do TRF/1ª Região, em face da discrepância da Súmula 13 da Corte com a recente Súmula 148 do STJ e a fim de

evitar a plethora de recursos especiais àquela egrégia Corte, unificadora da interpretação do Direito federal, cancelou, em 15.05.1996, a Súmula 13 do TRF/1ª Região (Revisão da jurisprudência compendiada em Súmula na AC 92.01.10357-3/MG, 1ª Seção do TRF/1ª Região, rel. Juiz ALOÍSIO PALMEIRA LIMA, unânime, julgamento em 15.05.1996).

Em julgamentos subseqüentes à Súmula 148 do STJ, dúvidas surgiram, naquela Corte, a respeito do alcance da aludida súmula, ou seja, se o seu comando afastava a correção monetária das parcelas de benefício desde a data em que devidas até o ajuizamento da ação, deixando alguns julgados daquela Corte de aplicar a literalidade do verbete sumular em julgamentos proferidos a partir de fevereiro de 1996, como se colhe dos seguintes arestos:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. IPC. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Em razão da natureza alimentar do benefício previdenciário, a correção monetária alcança período anterior ao ajuizamento da ação. Incidência do comando consolidado pela Súmula 71, do ex-TFR.

2. A Súmula 71, TFR, não é mais aplicável, como critério de correção monetária, nos débitos previdenciários vencidos após a vigência da lei n. 6.899/81.

3. Correta a aplicação do percentual inflacionário de 42,72% em relação ao mês de janeiro/89, nos procedimentos liquidatórios (REsp. 43.055-0-SP, Rel. Min. Sálvio de

Figueiredo).

4. Recurso parcialmente provido. (REsp 81.565/RS, rel. Min. EDSON VIDIGAL, 5ª T. do STJ, unânime, julgado em 12.02.1996, *in DJU* de 18.03.1996, p. 7607.)

PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA.

A partir da Lei n. 6.899/81, a correção monetária não é mais aplicada na forma da Súmula n. 71 do TFR, mas as parcelas em atraso, por se tratar de crédito de natureza alimentar, serão corrigidas a partir do vencimento de cada parcela não prescrita. (REsp 73.818/MG, rel. Min. ASSIS TOLEDO, 5ª T. do STJ, unânime, julgado em 19.03.1996, *in DJU* de 29.04.1996, p. 13430.)

Tais dúvidas, entretanto, foram definitivamente expungidas em reiterados julgamentos da Terceira Seção do STJ, nos quais se entendeu que a mencionada Súmula 148 deve ser aplicada em harmonia com a Súmula 43 daquela Corte, que dispõe que "incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".

Tal entendimento encontra-se consubstanciado na ementa do acórdão proferido nos Embargos de Declaração opostos aos Embargos de Divergência em Recurso Especial 47.810-SP, de que foi relator o eminente Ministro JOSÉ DANTAS:

PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTE DE PROVENTOS. CORREÇÃO MONETÁRIA.

— Súmulas 43 e 148-STJ. Compatibilidade de sua

simultânea aplicação, no particular da contagem da correção monetária a partir de quando se tornaria devida a prestação. (EDcl. no EREsp 47.810/SP, 3ª Seção do STJ, rel. Min. JOSÉ DANTAS, maioria, in DJU de 09.09.1996, p. 32323.)

A questão, pois, relativa ao termo inicial da correção monetária incidente sobre parcelas de benefício previdenciário — inclusive as decorrentes de sua revisão — já não mais comporta debates, mesmo porque o TRF/1ª Região, após cancelada a Súmula 13 da Corte, vem entendendo, na esteira do colendo STJ, que fica afastada apenas a incidência de correção monetária nos termos da Súmula 71 do TFR sobre débito de benefício previdenciário vencido e cobrado em juízo após a vigência da Lei 6.899/81, mas, por se tratar de débito de natureza alimentar, a correção monetária incide a partir do vencimento de cada parcela não prescrita.

Colho, dentre vários julgados, os seguintes:

PREVIDÊNCIA SOCIAL. APOSENTADO. DIFERENÇAS DA GRATIFICAÇÃO NATALINA DE 1989. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 201, PARÁGRAFO 6º. AUTO-APLICABILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. CÁLCULO. LEI N. 6.899/81. SÚMULAS N. 23 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E 148 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1 - “São auto-aplicáveis as disposições constantes dos parágrafos 5º e 6º, do art. 201, da Constituição Federal.” (Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Súmula n. 23.)

2 - “Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei n. 6.899/81, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista nesse diploma legal.” (Superior Tribunal de Justiça, Súmula 148.)

3 - Correção monetária a partir do vencimento de cada parcela não prescrita. (STJ - REsp n. 80.007/PR.)

4 - Apelação provida em parte.

5 - Sentença reformada parcialmente. (AC 96.01.54037-7/MG, rel. Juiz CATÃO ALVES, 1ª T. do TRF/1ª Região, unânime, *in DJU* de 25.08.1997, p. 66772.)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO. REVISÃO. RAZÕES DE RECURSO DISSOCIADAS, EM PARTE, DO DECIDIDO PELA SENTENÇA. CONHECIMENTO PARCIAL DO APELO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 148 DO STJ.

I — Sendo as razões do apelo dissociadas, em parte, do decidido pela sentença, o recurso merece conhecimento parcial, à luz do art. 514 do CPC.

II — Após a edição da Súmula n. 148 do STJ, aquela egrégia Corte vem decidindo que “a partir da Lei 6.899/81, a correção monetária não é mais aplicada na forma da Súmula 71 do TFR, mas as parcelas em atraso, por se tratar de crédito de natureza alimentar, serão

corrigidas a partir do vencimento de cada parcela não prescrita" (REsp n. 73.818/MG, 79.830/MG, 79.912/MG, 82.039/SC e 80.007/PR, julgados em 19.03.1996, *in DJU* de 29.04.1996).

III — Cancelada a Súmula n. 13 do TRF/1ª Região, por discrepante com a Súmula n. 148 do egrégio STJ (Revisão da jurisprudência compendiada em Súmula na AC n. 92.01.10357-3/MG, 1ª Seção do TRF/1ª Região, Rel. Juiz Aloísio Palmeira Lima), ficando afastado o critério de correção monetária pela Súmula n. 71 do TFR, quanto aos débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei n. 6.899/81.

IV — Apelação parcialmente conhecida e provida, nesta parte. (AC 93.01.23382-7/MG, 2ª T. do TRF/1ª Região, rel. Juíza ASSUSETTE MAGALHÃES, unânime, julgado em 21.05.1996, *in DJU* de 10.06.1996, p. 38846.)

2.2 Correção monetária – índices aplicáveis

O desenfreado processo inflacionário com o qual convivia o País deu margem ao surgimento de uma parafernália de índices instituídos para corrigir a moeda, dos quais arrolamos os seguintes, no que respeita aos benefícios previdenciários:

— A Lei 6.899/81 e o Decreto 86.649/81 previram a ORTN como o indexador oficial, incidente sobre débitos resultantes de decisão judicial, indexador que veio a ser substituído pela OTN em 1986

(Decretos-Leis 2.283, de 27.02.1986, e 2.284, de 10.03.1986).

— A Lei 7.730, de 31.01.1989, resultante da conversão da Medida Provisória 32, de 15.01.1989, que instituiu o cruzado novo, extinguiu, em seu art. 15, a OTN a partir de 1º.02.1989, determinando que a correção monetária fosse calculada com base no valor da OTN congelada de NCz\$ 6,17 (seis cruzados novos e dezessete centavos) para as obrigações que se vencessem durante o período do congelamento. Aquele diploma legal manteve, porém, o IPC (art. 9º da Lei 7.730/89), não se criando, entretanto, até junho de 1989, outro papel que substituísse a OTN, extinta a partir de 1º.02.1989.

— O art. 5º da Lei 7.777, de 19.06.1989, criou o Bônus do Tesouro Nacional — BTN para desempenhar o papel de indexador oficial da extinta OTN, com valor nominal fixado retroativamente a 1º.02.1989 e com variação atrelada aos índices do IPC. Em relação a janeiro de 1989, embora elevada a inflação ocorrida no respectivo período de apuração, não houve divulgação de índice oficial correspondente. Sendo o BTN criado em junho de 1989, retroativamente a fevereiro de 1989, a jurisprudência passou a reconhecer expurgo de índice inflacionário, em janeiro de 1989, inicialmente no percentual de 70,28% e, após, no índice de 42,72%.

— O art. 3º da Lei 8.177, de 1º.03.1991, extinguiu o BTN a partir de 1º.02.1991, mantendo, entretanto, o INPC (art. 4º). Como a Lei 8.177/91 extinguiu o BTN e criava a Taxa Referencial — TR, em numerosos processos judiciais, discutiu-se acerca da incidência da TR sobre os débitos, como indexador substitutivo do BTN, pretensão que veio a ser repelida pelo STF na ADin 483/DF, tendo o TRF/1ª Região editado o verbete da Súmula 7 de sua jurisprudência dominante:

Extinto o Bônus do Tesouro Nacional, a correção monetária de benefícios previdenciários oriundos de condenação judicial passou a ser feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

— O art. 41, § 6º (renumerado, após, para § 7º), da Lei 8.213/91 determinou a incidência de correção monetária sobre parcelas de benefício pagas em atraso pela previdência social pela variação do INPC verificada entre o mês em que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento do benefício, índice aplicável até dezembro de 1992.

— O art. 9º, § 2º, da Lei 8.542, de 23.12.1992, determinou que o INPC fosse substituído pelo IRSM a partir de janeiro de 1993, inclusive, observando-se tal índice até fevereiro de 1994.

— O art. 20, § 5º, da Lei 8.880, de 27.05.1994, estabeleceu que os valores das parcelas de benefícios previdenciários pagos em atraso pela previdência social, por sua responsabilidade, fossem corrigidos monetariamente pelo INPC, até dezembro de 1992, pelo IRSM, de janeiro de 1993 a fevereiro de 1994, e convertidos em URV pelo valor, em cruzeiros reais, do equivalente em URV em 28.02.1994 (conversão em URV de 1º.03.1994 a 30.06.1994).

— O art. 20, § 6º, da Lei 8.880/94 determinou que, a partir da primeira emissão do real, em 1º.07.1994, os valores de benefícios previdenciários pagos em atraso fossem corrigidos monetariamente pela variação acumulada do IPC-r entre o mês da competência a que se referissem e o mês imediatamente anterior à competência em que fosse incluído o pagamento. O Índice de Preços ao Consumidor, Série-r – IPC-r reflete a variação acumulada do custo de vida, em real, para uma

população-objeto composta por famílias com renda até oito salários mínimos.

— A Medida Provisória 1.053, de 30.06.1995, sucessivamente reeditada e ainda não convertida em lei, determinou que, a partir de julho de 1995, o IPC-r fosse substituído pelo INPC (art. 8º, § 3º) e que, a contar de 1º.07.1995, o IBGE deixaria de calcular e divulgar o IPC-r (art. 8º), índice que foi extinto a partir de então.

— A Medida Provisória 1.415, de 29.04.1996 (art. 8º) e a Medida Provisória 1.488, de 07.06.1996, sucessivamente reeditada (art. 8º, § 3º), determinaram que, a partir de maio de 1996, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — IGP-DI substituísse o INPC.

O manual de orientação de procedimentos para os cálculos na Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal em 1º de fevereiro de 1997 (Resolução 187, de 19.02.1997 — CJP), discrimina os seguintes índices de correção monetária, inclusive os específicos para benefícios previdenciários, a partir de março de 1991:

— de 1964 a fev./86 — ORTN;

— de mar./86 a jan./89 — OTN, observando-se que os débitos anteriores a jan./89 deverão ser multiplicados neste mês por 6,17;

— de fev./89 a fev./91 — BTN, observando-se que o último BTN correspondeu a 126,8621;

— de mar./91 a dez./92 — INPC

(art. 41, § 6º, da Lei n. 8.213/91);

— de jan./93 a fev./94 — IRSM

(Lei n. 8.542, de 23.12.1992, art. 9º, § 2º);

— de 1º.03.1994 a 30.06.1994 — conversão em URV (M.P. 434/94, Lei n. 8.880, de 27.06.1994 — art. 20, § 5º);

— de 1º.07.1994 a 30.06.1995 — IPCr (Lei n. 8.880, de 27.05.1994, art. 20, § 6º);

— de 1º.07.1995 a 30.04.1996 — INPC (M.P. 1.053, de 30.06.1995);

— de mai./96 — em diante — IGP-DI (M.P. 1.488 — 17/96).

A jurisprudência do TRF/1ª Região, ao afastar a incidência de correção monetária pela Súmula 71 do TFR sobre os benefícios previdenciários, tem determinado que, sobre aqueles débitos, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei 6.899/81, sejam aplicados os índices de correção monetária de acordo com os seus respectivos períodos de vigência, ou seja, sucessivamente, a ORTN, OTN, BTN, INPC, IRSM, URV, IPC-r ou substituto (INPC e IGP-DI) (AC 93.01.23382-7/MG, 2ª Turma do TRF/1ª Região, unânime, rel. Juíza ASSUSETE MAGALHÃES, julgado em 21.05.1996, *in DJU* de 10.06.1996, p. 38846).

3. CUSTAS PROCESSUAIS

3.1 Isenção de custas em favor do INSS, na Justiça Federal

Na Justiça Federal, o INSS, autarquia federal, está isento do pagamento de custas, de acordo com o antigo e o atual Regimento de Custas da Justiça Federal, sem prejuízo, quando vencido, do reembolso das custas recolhidas pela parte vencedora, nos termos da decisão que o condenar, de conformidade com o art. 9º, I, c/c art. 10, § 4º, da Lei 6.032/74, hoje revogada pela Lei 9.289, de 04.07.1996, que dispõe em igual sentido (art. 4º, I e parágrafo único).

Tal é o entendimento consubstanciado na Súmula 01 do TRF/1ª Região:

A isenção de custas do art. 9º, I, da Lei n. 6.032/74 não desobriga seus beneficiários da reposição prevista no art. 10, § 4º, da mesma lei.

3.2 Isenção de custas em favor do INSS, na Justiça dos Estados

O art. 8º, § 1º, da Lei 8.620/93 dispõe que “o INSS é isento do pagamento de custas, traslados, preparos, certidões, registros, averbações e quaisquer outros emolumentos, nas causas em que seja interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente, inclusive nas ações de natureza trabalhista, acidentária e de benefícios”.

Após reiterados julgamentos pertinentes à isenção prevista no aludido dispositivo legal, o egrégio STJ editou, em 11.12.1996, a

Súmula 178 no sentido de que “o INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual”, fundamentando-se os acórdãos que serviram de referência ao verbete sumular no fato de que o art. 8º, § 1º, da Lei 8.620/93 não poderia prevalecer para isentar o INSS de custas na Justiça Estadual em respeito à autonomia estadual e ao princípio federativo, de vez que aos Estados compete organizar sua justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal (art. 25 da CF/88) — incluindo-se as custas na organização judiciária — competindo, ainda, aos Estados, legislar, concorrentemente, sobre custas dos serviços forenses (art. 24, IV, da CF/88), cingindo-se a União, no âmbito da legislação concorrente, a estabelecer normas gerais (art. 24, § 1º, da CF/88) (Embargos de Divergência no REsp 66.653/SC).

Assim sendo, o INSS, quando se vale dos serviços judiciários estaduais, sujeita-se aos seus emolumentos e custas, salvo lei estadual que o isente.

Aliás, antes mesmo da edição da Súmula 178 do STJ, a Lei 9.289, de 04.07.1996, dispôs que se rege “pela legislação estadual respectiva a cobrança de custas nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal” (art. 1º, § 1º), de tal sorte que o INSS, na Justiça Estadual, está sujeito ao pagamento de custas, salvo isenção concedida pela lei estadual.

Destarte, a Súmula 02 do TRF/1ª Região — que dispõe que “a isenção prevista no art. 9º, I, da Lei n. 6.032/74, é aplicável às causas sob jurisdição federal processadas perante a Justiça Estadual” —, embora não tenha sido cancelada, não mais subsiste, em face da expressa disposição do art. 1º, § 1º, da Lei 9.289, de 04.07.1996, conflitando,

ainda, com a Súmula 178 do STJ.

Por força do art. 10, I, da Lei estadual 12.427, de 27.12.1996 (*in Diário do Executivo — Minas Gerais*, de 28.12.1996), vigente a partir de 1º.02.1997, o INSS, como autarquia federal, é isento do pagamento de custas, na Justiça do Estado de Minas Gerais, *in verbis*:

Art. 10 — São isentos do pagamento de custas:

I — A União, o Estado, os municípios e as respectivas autarquias e fundações.

Após o advento da Súmula 178 do STJ, decisões proferidas pela Justiça Estadual, no exercício de jurisdição federal, têm julgado desertos recursos interpostos pelo INSS ao fundamento de que não está isento do pagamento de custas processuais.

A jurisprudência da Primeira Seção do TRF/1ª Região tem entendido que a Súmula 178 do STJ não tem o alcance de excluir o INSS, na Justiça Estadual, da dispensa de preparo de recurso, ante a disposição do art. 511, parágrafo único, do CPC — norma processual de caráter geral, editada por força da competência legislativa privativa da União e preponderante sobre a legislação estadual, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal —, que isenta de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE A SEGURADO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL MEDIANTE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL,

COMPLEMENTADA POR PROVA TESTEMUNHAL. NECESSIDADE. ARTS. 11, VII E § 1º, 55, § 3º, 106 E 108 DA LEI N. 8.213/91. SÚMULAS N. 27 DO TRF/1ª REGIÃO E 149 DO STJ. CUSTAS DE PREPARO DE RECURSO, PELO INSS, NA JUSTIÇA ESTADUAL. ART. 511, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DISPENSA. REMESSA OFICIAL DE SENTENÇA PROFERIDA CONTRA AUTARQUIA. MP N. 1.561-3, DE 14.03.1997.

.....

VI - Está o INSS dispensado de preparo de recurso, na Justiça Estadual, em face do art. 511, parágrafo único, do CPC — norma processual de caráter geral, inserta na competência legislativa privativa da União e preponderante sobre a legislação estadual — e, *in casu*, em face também do art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.289/96 c/c art. 10, I, da Lei estadual n. 12.427/96. (AC n. 1997.01.00.030542-8/MG, rel. Juíza ASSUSETE MAGALHÃES, 2ª T. do TRF/1ª Região, unânime, *in DJU* de 30.09.1997, p. 79629.)

Em igual sentido, decidiu unanimemente a Primeira Turma do TRF/1ª Região, em 30.09.1997, na AC 1997.01.00.029206-0/MG, relator o Juiz ALDIR PASSARINHO JUNIOR.

3.3 Isenção de custas em favor do autor

O art. 128 da Lei 8.213/91 isenta de custas as demandas judiciais que versarem sobre questões reguladas na aludida Lei 8.213/91, até determinado valor, e, ao mesmo tempo, dispõe que a execução proceder-se-á independentemente de precatório, pelo que cumpre fazer algumas considerações a respeito de ambas as matérias em face do recente julgamento da ADin 1.252-5/DF pelo colendo Supremo Tribunal Federal.

Após alguma controvérsia, nos tribunais, a respeito do alcance do art. 100 da Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que os créditos de natureza alimentar não ficam excepcionados da expedição de precatório, sendo apenas privilegiados com ordem cronológica preferencial em relação aos créditos de natureza diversa, consolidando o TRF/1ª Região seu entendimento sobre o assunto no verbete da Súmula 04 da Corte:

A preferência prevista no art. 100, *caput*, da Constituição Federal, não obriga a Fazenda Pública a dispensar a expedição de precatório no pagamento dos créditos de natureza alimentícia. (Tribunal Pleno, 31.10.1991.)

O art. 128 da Lei 8.213/91, em sua redação original, estatuiu que "as demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei, de valor não superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), obedecerão ao rito sumariíssimo e serão isentas do pagamento de custas e liquidadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil".

O art. 128 da Lei 8.213/91 foi profundamente alterado pela Lei 8.620, de 05.01.1993, que, além de excluir a menção ao rito sumariíssimo, manteve a isenção de custas e o limite para pagamento direto, independentemente de precatório, mas por autor, alargando, assim, o seu alcance.

Por fim, o art. 128 da aludida lei foi alterado pela Lei 9.032, de 28.04.1995, que lhe deu nova redação, *in verbis*:

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei e cujo valor da execução, por autor, não for superior a R\$ 4.988,57 (quatro mil novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), serão isentas do pagamento de custas e quitadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil. (Grifo meu.)

A Lei 9.032/95, além de alterar o limite para isenção de custas e para pagamento sem precatório, referiu-se a valor *executado*, por autor, e a *quitação* imediata do débito, em substituição à expressão "liquidação", enfatizando a necessidade de os pagamentos serem feitos imediatamente.

A Portaria MPS 3.253, de 13.05.1996, reajustou o limite para pagamento direto, sem precatório, para R\$ 5.632,69 (cinco mil seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), a partir de 1º.05.1996.

WLADIMIR NOVAES MARTINEZ, na obra *Comentários à Lei Básica da Previdência Social* (Ed. LTr, 3. ed., 1995, t. II, p. 458), discrimina os limites, devidamente atualizados, a que se refere o art. 128

da Lei 8.213/91, no período de 25.07.1991 a 1º.09.1993:

Período	Valores
25.07.91 a 31.08.91	Cr\$ 1.000.000,00
1º.09.91 a 31.12.91	Cr\$ 2.470.600,00
1º.01.92 a 30.04.92	Cr\$ 5.430.957,42
1º.05.92 a 31.08.92	Cr\$ 12.510.840,40
1º.09.92 a 31.12.92	Cr\$ 28.122.725,40
1º.01.93 a 28.02.93	Cr\$ 67.835.613,40
1º.03.93 a 30.04.93	Cr\$ 92.710.932,80
1º.05.93 a 30.06.93	Cr\$ 177.733.718,80
1º.07.93 a 31.07.93	Cr\$ 249.393.361,01
1º.08.93 a 31.08.93	Cr\$ 297.724,24
1º.09.93 a	Cr\$ 508.323,35 (<i>op. cit.</i> , p. 458).

Acrescento:

— A partir da Lei 9.032,

de 28.04.1995 R\$ 4.988,57

— A partir de 1º.05.1996 (Portaria

MPS 3.253, de 13.05.1996) R\$ 5.632,69

A constitucionalidade do art. 128 da Lei 8.213/91 quanto à desnecessidade de expedição de precatório foi discutida pelo TRF/1ª Região, em face de decisões judiciais que, ante o art. 128 daquele diploma legal, determinavam o bloqueio de valores bancários da arrecadação do INSS para pagamento de débitos judiciais concernentes a benefícios, tendo o TRF/1ª Região determinado a liberação de tais bloqueios, ante a impenhorabilidade dos bens das pessoas jurídicas de direito público e ao disposto no art. 100 da CF/88, sustentando-se, na ocasião, a duvidosa constitucionalidade daquele dispositivo legal (Ag. 92.01.23611-5/MG, rel. Juiz HERMENITO DOURADO, 2ª T. do TRF/1ª Região, unânime, *in DJU* de 12.11.1992, p. 36786.)

A disposição do art. 128 da Lei 8.213/91 é extremamente benéfica ao segurado, e o INSS, de modo geral, não se vinha furtando ao pagamento de valores diretamente, independentemente de expedição de precatório, obedecidos os limites fixados para tal.

Entretanto o colendo STF, em 28.05.1997, no julgamento da ADin 1.252-5/DF, relator o Ministro MAURÍCIO CORRÊA, declarou, por maioria, a inconstitucionalidade da expressão contida no art. 128 da Lei 8.213/91: “e liquidadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil” (*in DJU* de 06.06.1997, p. 24864.).

Restou incólume, não obstante, a parte do art. 128 da Lei 8.213/91 que isenta o autor de custas nas demandas judiciais relativas a questões reguladas naquele diploma legal, obedecido o valor legalmente fixado.

4. HONORÁRIOS DE ADVOGADO

Sobre o assunto, cumpre fazer algumas observações.

A jurisprudência do TRF/1ª Região tem entendido razoável a condenação do INSS ao pagamento de honorários de advogado nas ações previdenciárias, no percentual de 10% (dez por cento) sobre a condenação, obedecidos os parâmetros do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC.

Dispõe a Súmula 14 do STJ que, “arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento”.

A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que os honorários de advogado, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas, por não se tratar de indenização por ato ilícito contra pessoa, nos termos do art. 20, § 5º, do CPC (Súmula 111 do STJ). Em igual sentido, vem decidindo o TRF/1ª Região.

De acordo com a Súmula 234 do STF, “são devidos honorários de advogado em ação de acidente do trabalho julgada procedente”.

O STJ, interpretando a isenção de verbas de sucumbência, em ações acidentárias, outorgada pelo art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91, firmou entendimento no sentido de que “a isenção do pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado” (Súmula 110 do STJ).

O art. 7º, IV, da Constituição Federal de 1988 veda a vinculação ao salário mínimo para qualquer fim, motivo pelo qual a jurisprudência, inclusive a do STJ, não tem admitido o arbitramento de honorários de advogado em função do salário mínimo:

Os honorários de advogado não podem ser fixados em

função do salário-mínimo (Constituição Federal, art. 7º, inciso IV; Leis n. 6.205/75 e 7.789/89). (Resp n. 45.574-0/SP, rel. Min. GARCIA VIEIRA, 1ª T. do STJ, maioria, *in DJU* de 20.06.1994, p. 16062.).

Em igual sentido, a jurisprudência do TRF/1ª Região:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO PRINCIPAL. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. VEDADA A VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO.

I — Julgado extinto o processo por já devolvidos os atos, não se eximem os réus, BACEN e União, que os retiraram, da verba da sucumbência, por iniciado o feito antes da restituição.

II — Honorários advocatícios, questão de ordem pública, sendo vedada a sua vinculação ao salário mínimo, são arbitrados em moeda. (AC 94.01.16722-2/MG, rel. Juiz JIRAIR MEGUERIAN, 2ª T. do TRF/1ª Região, unânime, *in DJU* de 13.03.1997, p. 14270.)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

I — O art. 7º, IV, *in fine*, da Constituição Federal de 1988 veda a vinculação ao salário mínimo para qualquer fim,

motivo pelo qual a jurisprudência não tem admitido o arbitramento de honorários de advogado em função do salário mínimo. Precedentes do STJ.

II — Não havendo condenação no feito, os honorários devem ser fixados nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

III — Apelação provida. (AC 96.01.07771-5/MG, rel. Juíza ASSUSETE MAGALHÃES, 2ª T. do TRF/1ª Região, unânime, *in DJU* de 15.08.1996, p. 57750.)

Sendo vencedor na causa o beneficiário de justiça gratuita, são devidos honorários de advogado pelo réu (Súmula 450 do STF), os quais deverão ser arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor líquido apurado em execução de sentença, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50 (AC 94.01.01197-4/MG, rel. Juiz CATÃO ALVES).

5. CONCLUSÃO

Encerrando, deixo essas observações à reflexão dos participantes deste encontro, colocando-me à disposição para o debate.

Obrigada.